

1. INTRODUÇÃO

Que fatores influenciam no desenvolvimento cognitivo e sócio-cultural da criança de 0 a 6 anos? Quais as dificuldades enfrentadas pela criança na construção da sua identidade? Como a família e o meio contribuem para a construção de valores? Muito se tem falado em Educação Especial, porém destinada especialmente aos portadores de deficiências mental, visual, auditiva, físico-motoras e múltiplas, tendo como horizonte a inclusão desses deficientes. Porém, entendendo que todo e qualquer aluno pode apresentar, ao longo de sua aprendizagem, alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente, amplia-se a visão da Educação Especial. Então, ela passa a abranger também as dificuldades de aprendizagem que não estão vinculadas a uma causa orgânica específica, considerando que, por dificuldades cognitivas, psicomotoras e de comportamento, alunos são freqüentemente negligenciados ou excluídos dos apoios escolares.

Considerando que a identidade se forma nos primeiros anos de vida, buscaremos aqui entender os processos de desenvolvimento cognitivo e de inserção social por meio da vida escolar, identificando as principais atividades realizadas pelos docentes de Educação Infantil em busca da efetivação desse processo de forma tranqüila e harmoniosa. Para isso, valer-nos-emos de pensadores que explicam a construção da subjetividade humana, como é o caso de Piaget, Vygotski e Erikson.

Os fatores que influenciam no desenvolvimento da criança devem ser os mais variados, uma vez que a pessoa se constrói a partir das suas, mas também das vivências dos outros. Então, temos como fatores próprios da criança a inteligência, a motivação, a curiosidade, acompanhados de fatores sociais, históricos, culturais, afetivos, emocionais que compõem o meio no qual ela está inserida.

As dificuldades enfrentadas pela criança no seu processo de auto-construção são desconhecimento relativo do mundo real que a cerca, acrescido da falta de apoio dos pais que não compreendem bem cada etapa da vida e, por muitas vezes, acabam por prejudicar o processo. Professores, também, ignorantes sob o ponto de vista do desenvolvimento psicossocial da criança, podem estimular atitudes discriminatórias, excluir ou negligenciar apoio às crianças.

Família, professores, parentes e amigos, enfim, todas as pessoas que habitam o universo da criança devem procurar conhecer as formas de ajudar na condução do processo de inserção social e desenvolvimento individual destes pequenos que são mais emoção do que razão e precisam se firmar nas atitudes e exemplos que os adultos dão.

1.1. A afetividade como fator contribuinte na inserção social

Conceituar afeto, amor sempre foi algo muito fácil e, ao mesmo tempo, muito difícil, pois para os amantes o amor é mais bem definido sentindo e não falando, descrevendo. Poetas e apaixonados o conceituam das mais variadas formas desde o início dos tempos. Porém, vejamos o que dizem aqueles que tentam, racionalmente, explicar a afetividade.

Galvão (1999) diz que são quatro os temas fundamentais nos quais Wallon se baseou para elaborar seu projeto teórico no qual pretendeu fazer a psicogênese da pessoa completa: afetividade, movimento, inteligência e a questão da pessoa, do eu.

Pensando, pois, em afetividade, podemos defini-la de acordo com Ferreira (2000) como sendo o "Conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam sob a forma de

emoções, sentimentos e paixões, acompanhados sempre da impressão de dor ou prazer, de satisfação ou insatisfação, de agrado ou desagrado, de alegria ou tristeza." Assim, podemos dizer que as emoções são uma forma de comunicação que, sobretudo no recém-nascido constitui a maneira de se relacionar com o novo meio ao qual está exposto, usando-as para expressar seus sentimentos de solidão, fome, alegria, tristeza, incômodo entre outros. Para Galvão (1999) a emoção é contagiosa. Quem nunca se sentiu tocado ao ver alguém chorando ou se alegrou ao ver alguém extremamente feliz? Isso dá ao bebê o poder de mobilizar as outras pessoas a perceberem o que ele está sentindo ou deseja.

Essa comunicação emocional, aos poucos, vai sendo substituída por outra forma mais racional de comunicação. A criança, crescendo, aprende novas maneiras de se relacionar com os outros e novas formas de saciar suas vontades. O sistema nervoso fica cada vez mais capaz de controlar as emoções deixando o raciocínio tomar posse das atitudes. Então, novas "técnicas" de relacionamento interpessoal vão se desenvolvendo e se tornando mais eficazes, como é o caso da fala.

Apesar de exibir uma linguagem verbal bem desenvolvida, a criança menor de 6 anos ainda utiliza intensamente a linguagem emocional. O choro, as expressões corporais e faciais permitem ao professor perceber seu aluno. Isso é coisa a ser pensada na prática pedagógica. (GALVÃO, 1999).

Segundo Galvão (1999) "... se a criança está ao sabor de suas emoções, ela não tem condições neurológicas de controlá-las...". Então, mais uma vez, destacamos o valoroso papel do professor na compreensão do grau de maturidade neurológica da criança para que não considere certas atitudes tomadas por ela como indisciplina, manha, atrevimento ou hipocrisia. Devemos ter consciência da importância da afetividade para o desenvolvimento emocional da criança, mas também temos de considerar os fatores biológicos necessários a esse desenvolvimento.

É necessário um meio sócio-emocional, afetivo, motor e cognitivo para o desenvolvimento da criança menor de três anos, pois é nesta fase que ocorre a aquisição da linguagem. Neste momento as emoções têm um importante papel no desenvolvimento do indivíduo, mas são nos primeiros meses de vida que elas terão o papel de garantir a sobrevivência do bebê e progresso da noção do EU.

O amor e o ódio compõem a vida afetiva do ser humano e estão sempre juntos, interferindo em nossos pensamentos e ações. A compreensão das emoções e os sentimentos são essenciais no entendimento da afetividade. Emoções causam efeitos intensos e imediatos no organismo enquanto que os sentimentos são mais amenos e duradouros. Quantas vezes nos preparamos para tomar determinada atitude diante de um problema e a emoção nos fez reagir de forma totalmente inesperada? As emoções são raiva, medo, nojo, tristeza, alegria, vergonha, desprezo, empolgação etc. Sentimentos podem ser: amizade, ternura, entre outros.

Na nossa cultura o homem é "proibido" de demonstrar suas emoções através do choro enquanto a mulher é incentivada a isso. O importante, então, é entendermos que a afetividade interfere no crescimento pessoal do ser, mas não está indiferente a fatores biológicos, cognitivos e, sobretudo, sociais, que depende da cultura na qual o indivíduo está ou será inserido.

Na escola, a afetividade vem sendo debatida e defendida há alguns anos por psicólogos, pedagogos, psicopedagogos, profissionais da educação e saúde em

geral. Porém, percebemos ainda uma grande defasagem em prestar um serviço profissional que alie suas técnicas próprias a uma interação eficaz de desenvolvimento de um relacionamento baseado no emocional. Professores e educadores que incluíram essa teoria no seu cotidiano apontam para os evidentes resultados positivos que conseguiram alcançar. Mas, antes de pensarmos na escola como ambiente para desenvolvimento da personalidade da criança, devemos alertar para o fato de que esta criança, ao entrar na escola, já tem uma vida cheia de experiências, estímulos e respostas que aprendeu a dar diante de determinadas situações de sua vida diária. Assim sendo, trataremos um pouco do papel da mãe, nos primeiros anos de vida da criança, na construção de uma personalidade saudável de seus filhos, promovendo uma verdadeira preparação para a vida em comunidade, já que os conceitos e valores passados vão de acordo com as normas da sua sociedade.

A problemática emocional está ligada aos conflitos interiores e dispersão do indivíduo, o que dificulta sua interação com o meio, prejudica sua capacidade de atenção, concentração e de relacionamento interpessoal. A figura materna tem papel decisivo na "prevenção" desses problemas. O afeto que ela dedica à criança, especialmente nos cinco primeiros anos de vida, é responsável por grande parcela da sua personalidade na vida adulta, pois a ligação mãe-filho nessa faixa etária é muito intensa e a criança se fixa na mãe, tendo-a como exemplo e modelo para suas atitudes futuras.

Novaes (1984) nos mostra que a carência afetiva determina uma série de fatores que prejudicam o desenvolvimento global da criança, tanto no âmbito físico como psíquico. Essa carência pode ser identificada pela incapacidade do indivíduo em manter trocas afetivas normais com outros seres humanos. Segundo ela, esses sintomas diagnosticados na escola é conseqüência de um descontrole na relação mãe-filho, pois tanto a carência como o excessivo cuidado pode acarretar problemas emocionais graves na criança pequena.

O desvinculamento do seio da mãe poderá desencadear sintomas de angústia e mal-estar que variam conforme a sua idade, grau de dependência dos pais e, principalmente, quanto à natureza dos cuidados maternos. Essa angústia revela uma relação emocional e afetiva normal entre a mãe e a criança, pois retrata uma quebra no processo de afetividade que vem sendo construído por ambas (NOVAES, 1984). Na escola, a criança terá dificuldades de adaptação ao meio de acordo com o grau de relacionamento com a mãe. Ao nascer, a criança se fixa naquela pessoa que ela considera de sua posse, no caso a mãe. Na escola ela terá de se relacionar com um número bem maior de pessoas ao qual está acostumada e isso é um fator importante na avaliação do desenvolvimento emocional da criança, funciona como um teste. Através dele podemos definir novos rumos na educação da criança e dos seus pais. A socialização com outras crianças de sua idade e professores é uma nova etapa no processo de formação da personalidade da criança e deve ocorrer de forma saudável. A escola deve oferecer um ambiente que evite a criança desenvolver angústias e mal-estar, característicos do afastamento da figura materna.

Há, dessa forma, uma grande importância do primeiro professor da criança, pois ele será, para ela, a substituição da mãe. Cabe então a esse profissional o devido cuidado de manter um bom relacionamento que dê continuidade à relação saudável

mãe-filho ou alterar seu comportamento para elevar a afetividade de uma criança que demonstra problemas emocionais decorrentes da relação que tem com sua mãe. Sendo assim, o professor não pode estar alheio à vida do aluno. É necessário que ele conheça os pais, seus problemas físicos, psíquicos e um pouco da vida que levava antes de ingressar na escola. Só assim poderá entender as dificuldades na adaptação da criança ao novo meio e no processo de desenvolvimento psicossocial.

A escola e professores, especialmente os de Educação Infantil e Creche, devem prever e estar preparados para atender prontamente essas crianças com problemas emocionais decorrentes de sua relação familiar, propiciando-lhes um clima de estabilidade emocional e contribuindo para que o ingresso e permanência da criança na escola ocorram de maneira normal e tranqüila, onde haja uma socialização efetiva dessa criança com os professores e funcionários da instituição bem como com as demais crianças.

1.2 A recreação na escola como fator de desenvolvimento psicossocial

O professor também pode desenvolver uma didática voltada para efetuação do processo de ensino e aprendizagem. Inúmeras são as ferramentas e as idéias que podem ser postas em campo na hora de realizar tão importante tarefa.

A recreação contribui muito para elevação da auto-estima do aluno bem como do professor, pois consiste em dar-se por inteiro a atividades impostas ou não, um meio para o desenvolvimento bio-psico-espiritual e social do homem.

Assim, o aluno no âmbito da sala de aula pode estar se recreando enquanto realiza alguma tarefa pedagógica. O professor pode estar se recreando enquanto planeja, executa ou avalia suas atividades. Recrear significa, portanto, buscar um sentido de prazer, no cultivo de atitudes de legítimo interesse com relação aos objetos, pessoas e atividades gratificantes.

A recreação permite ao homem ser feliz uma vez que, mesmo no mais pesado trabalho, encontra significado e prazer em realizá-lo. Parece que o mundo busca uma nova estrutura de funcionamento onde o ócio seja um fator fundamental para a construção de uma nova moral.

O ócio é o momento de desocupação, para descanso do corpo e da mente. Por isso, ele é necessário a todo ser vivo. Nesses momentos é que há a revitalização, a reposição de energias, o exercício do corpo e do espírito que deixam a alma mais evoluída. O esporte, a arte, a filosofia, a literatura, entre outras, existem graças ao ócio. No mundo moderno há que se buscar tempo para vislumbrar o que há de belo no mundo e no homem, há que se achar tempo para valorizar as boas criações do ser humano, e isso se tornará possível quando também descobriremos o valor do ócio. O homem trabalha para ser livre. Parece uma antítese, pois ao trabalhar se escraviza e aspira, cada vez mais, libertar-se do trabalho e das obrigações para dedicar-se a si mesmo.

Os professores, realizando atividades recreativas com as crianças, permitem-lhes vivenciar o cultivo de uma reflexão sobre si mesmos e do que lhes dá prazer para conquista de sua liberdade. Atividades recreativas em sala de aula fazem o processo de aquisição e construção do conhecimento, bem como de interação interpessoal e vivência de atitudes serem, sobretudo, prazerosos para o aprendente e, portanto, indispensáveis nas escolas do século XXI.

1.3 Os valores culturais na formação da criança

Por estar tratando de eventos ligados predominantemente às questões culturais, é necessário um apanhado básico nas concepções de cultura popular, suas definições e abordagens.

O que é Cultura? Entre as várias definições, de acordo com a área das ciências que usamos nessa definição, Cultura seria todo o resultado da criação humana. Diz respeito ao abstrato, à produção intelectual do homem comunitário, bem como do individual, suas crenças ou descrenças, mas é também tão vinculada ao real, ao ordinário, como os costumes, as tradições, as formas de culto religioso etc. Pode-se dizer que ela é resultado das relações estabelecidas por esses homens, e assim, basta viver para se "produzir" cultura, mesmo que não se queira. Mas ao mesmo tempo a cultura pode e é criada intencionalmente, estimulada, incentivada. E é nesse momento que ele – o homem – é afetado por ela tornando-se assim criatura e criador. Portanto a cultura é um fator inerentemente humano. Referindo-se especificamente a nossa sociedade,

"o Brasil é, sabidamente, um país multirracial e pluriétnico, o que por conseqüência, implica a existência de diversidade ou pluralidade cultural, muito embora exista enorme dificuldade de reconhecimento dessa diversificação por parte de muitos brasileiros". (LOPES, 2001, p.21-25)

Partindo desse pressuposto, a grande preocupação da escola, é superar e respeitar as diferenças, inserindo em seu cotidiano, o diálogo e a aprendizagem da convivência mútua.

No processo de aprendizagem e desenvolvimento psicossocial a aquisição da cultura aborda a criança como um sujeito social e histórico, inserido em uma sociedade que irá marcá-lo profundamente. Porém ele, como agente ativo dessa sociedade, e não um objeto inerte, também irá assinalar sua passagem por ela.

Sabedores de que a criança não nasce pronta, iremos abordar as fases e processos de aquisição das noções básicas de valor e cultura, salientando que estamos em um meio específico, o interior do Ceará. É necessário esse parêntese, para identificar o meio cultural em que estamos trabalhando, sem aprofundarmos demais em elucubrações sociológicas, esse é um meio machista e patriarcal, e algumas manifestações comportamentais só poderão ser compreendidas observando essas restrições.

Trabalhando a Escola e a Família e o meio social, tentaremos abranger as mais importantes áreas de referência da criança, a primeira como ambiente de formação e compartilhamento, o segundo como elemento primordial na formação do indivíduo, pois é o seu núcleo mais particular e onde ela apreende as mais básicas regras e valores como a respeitabilidade, e o terceiro por termos que levar em conta sua origem, compreensão de mundo, motivações etc.

Tudo isso, visa o resgate do lado humano da criança, suas vivências e que tipo de sujeito social ela será um dia. Para isso, a cultura é elemento essencial e indispensável, pois nesse mundo globalizado em que as massas tomam como seus valores impostos pela sociedade de consumo, a defesa do que é mais nosso, dos pilares da construção das famílias e sociabilidade escolar são, sem dúvida, subsídios indispensáveis na construção do país que todos sonhamos.

1.4 O jogo: instrumento de preparação para a vida em sociedade

A educação começa no meio familiar, mas se concretiza na escola, onde a mesma deve facilitar a aprendizagem, utilizando-se de atividades lúdicas que criem um ambiente favorável para o processo de aquisição da linguagem. Para tanto, o saber escolar deve ser valorizado socialmente e ser um processo dinâmico e criativo. As atividades lúdicas têm o poder de facilitar o progresso da personalidade integral e o progresso das funções Psicológicas intelectuais e morais.

Para Vigotsky (1988), a aprendizagem e o desenvolvimento estão estreitamente relacionados entre si, sendo que as crianças se inter-relacionam com o meio objeto e social, internalizando o conhecimento advindo de um processo de construção.

Temos dois tipos fundamentais de jogo: o jogo sem regra e o jogo de regra. O jogo sem regra pode ser físico (exercício físico) e simbólico (jogo de fantasia ou faz de conta). O jogo sem regras é anti-social, produzindo simplesmente comunhão ou participação. Para tornar-se social, o jogo tem que se submeter às regras, o que põe em risco a ludicidade. Deste modo, torna-se extremamente frágil a separação entre jogo e técnica. Para que a atividade continue como jogo é preciso conservar seu caráter de diversão (criatividade, invenção), mas ser social deve obedecer, necessariamente a determinadas regras. Na medida em que aparecem as regras, o jogo de exercício ganha identidade (futebol, voleibol, etc.) e o jogo simbólico torna-se lógico (jogos mentais, geralmente expressos por palavras). Entre o jogo físico e o mental existem três tipos de intermediários: a ação pode ser motora, verbal e mental, sem perder suas características básicas.

A competição foi um mecanismo inventado pelo homem para fazer um jogo permanecer como jogo (diversão, criatividade, possibilidades de estratégias). Se a competição se faz sem regras, o confronto deixa de ser jogo e passa a ser uma tentativa de destruição do adversário, o que elimina a competição. O papel do competidor é evitar que a ação do adversário transforme-se em técnica para um comportamento inesperado. Na medida em que o adversário descobre a técnica do competidor toma providências para superá-la. Desse modo, a atividade permanece criativa dentro das regras, pois sem regras não haveria competição. O grande triunfo do competidor é surpreender, com estratégia, o adversário que implica em elaborar, por antecipação mental, todas as estratégias possíveis dentro do sistema de regras. Ora elaborar mentalmente essas estratégias é precisamente desenvolver a inteligência. O jogo, portanto, é um grande instrumento de desenvolvimento da inteligência, donde se conclui que o trabalho (técnica) é precisamente, o contrário. O exercício com jogos de regras, tão freqüentes nas escolas, constitui-se um mecanismo de ensaio da vida adulta, onde a criança se depara com situações que, muitas vezes contesta, não concorda, mas aceita por ser uma regra. As regras da sociedade funcionam como regras de um jogo que precisam ser obedecidas para que a convivência entre os indivíduos que dela fazem parte seja o mais harmoniosa possível.

Piaget (1998) acredita que o jogo é essencial na vida da criança. De início tem-se o jogo de exercício que é aquele em que a criança repete uma determinada situação por puro prazer, por ter apreciado seus efeitos.

Em torno de 2 a 6 anos nota-se a ocorrência dos jogos simbólicos, que satisfazem a necessidade da criança de não somente lembrar o mentalmente o acontecido, mas de executar a representação. Em período posterior surgem os jogos de regras, que

são transmitidos socialmente de criança para criança e por conseqüência vão aumentando de importância de acordo com o progresso de seu desenvolvimento social. Para Piaget, o jogo constitui-se em expressão e condição para o desenvolvimento infantil, já que as crianças quando jogam assimilam e podem transformar a realidade.

Já Vygotski (1988), diferentemente de Piaget, considera que o desenvolvimento ocorre ao longo da vida e que as funções psicológicas superiores são construídas ao longo dela. Ele não estabelece fases para explicar o desenvolvimento como Piaget e para ele o sujeito não é ativo nem passivo: é interativo. Segundo ele, a criança usa as interações sociais como formas privilegiadas de acesso a informações: aprendem a regra do jogo, por exemplo, através dos outros e não como o resultado de um engajamento individual na solução de problemas. Desta maneira, aprende a regular seu comportamento pelas reações, quer elas pareçam agradáveis ou não. Enquanto Vygotski fala do faz-de-conta, Piaget fala do jogo simbólico, e pode-se dizer que são correspondentes.

Em Vygotski (1998) vemos que o brinquedo cria uma Zona de Desenvolvimento Proximal na criança. Sabendo que a aquisição do conhecimento se dá através das zonas de desenvolvimento: a real e a proximal. A zona de desenvolvimento real é a do conhecimento já adquirido, é o que a pessoa traz consigo, já a proximal, só é atingida, de início com o auxílio de outras pessoas mais capazes, que já tenham adquirido esse conhecimento. As maiores aquisições de uma criança são conseguidas no brinquedo, aquisições que no futuro tornar-se-ão seu nível básico de ação real e moralidade.

Piaget (1998) diz que a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais da criança, sendo, por isso, indispensável à prática educativa. Na visão sócio-histórica de Vygotsky, em que a criança recria a realidade usando sistemas simbólicos, essa é uma atividade social num contexto cultural .

Vygotski (apud LINS, 1999) classifica o brincar em fases da seguinte forma: durante a primeira fase a criança começa a se distanciar de seu primeiro meio social, representado pela mãe, começa a falar, a andar e a movimentar-se em volta das coisas. Nesta fase, o ambiente a alcança por meio do adulto e pode-se dizer que a fase estende-se até em torno dos sete anos. A segunda fase é caracterizada pela imitação, a criança copia os modelos dos adultos. A Terceira fase é marcada pelas convenções que surgem de regras e convenções a elas associadas. E ainda, "É enorme a influência do brinquedo no desenvolvimento da criança. É no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva, ao invés de numa esfera visual externa, dependendo das motivações e tendências internas, e não por incentivos fornecidos por objetos externos". (Vygostski apud LINS, 1999, p. 109)

As brincadeiras que são oferecidas à criança devem estar de acordo com a zona de desenvolvimento em que ela se encontra. No processo de educação infantil o papel do professor é de suma importância, pois é ele quem cria os espaços, disponibiliza materiais, participa das brincadeiras, ou seja, faz a mediação da construção do conhecimento. É urgente e necessário que o professor procure ampliar cada vez mais as vivências da criança com o ambiente físico, com brinquedos, brincadeiras e com outras crianças.

O jogo, compreendido sob a ótica do brinquedo e da criatividade, deverá encontrar maior espaço para ser entendido como educação, na medida em que os professores compreenderem melhor toda sua capacidade potencial de contribuir para com o desenvolvimento da criança. Negrine (1994), em estudos realizados sobre aprendizagem e desenvolvimento infantil, afirma que

"quando a criança chega à escola, traz consigo toda uma pré-história, construída a partir de suas vivências, grande parte delas através de atividade lúdica (...), é fundamental que os professores tenham conhecimento do saber que a criança construiu na interação com o ambiente familiar e sociocultural, para formular sua proposta pedagógica." (NEGRINI, 1994, p. 20).

As brincadeiras para a criança constituem atividade primária que trazem grandes benefícios do ponto de vista físico, intelectual e social. Como benefício físico, o lúdico satisfaz as necessidades de crescimento e de competitividade da criança. Os jogos lúdicos devem ser a base fundamental dos exercícios físicos impostos às crianças pelo menos durante o período escolar. Como benefício intelectual, o brinquedo contribui para a desinibição, produzindo uma excitação mental e altamente fortificante.

Através do brinquedo eles deixam que inúmeros complexos e problemas sejam sanados, devido à naturalidade com que se processa. Isso se nota quando a criança vence uma brincadeira, pois vem reforçar o prazer de brincar animando, estimulando e dando confiança em si. A importância atribuída ao fato de vencer é motivo de orgulho e prazer.

Ilich (1976) afirma que os jogos podem ser a única maneira de penetrar os sistemas formais. Suas palavras confirmam o que muitas professoras de primeira série comprovam diariamente, ou seja, a criança só se mostra por inteira através das brincadeiras.

Como benefício social, a criança, através do lúdico representa situações que simbolizam uma realidade que ainda não pode alcançar e através dos jogos simbólicos se implica o real e o eu. Por exemplo, brincar de boneca representa uma situação que ainda vai viver desenvolvendo um instinto natural.

As brincadeiras favorecem ainda a formação da personalidade, agindo diretamente na cooperação do grupo e na participação coletiva, não impedindo, de forma alguma, que uma ou mais crianças se sobressaiam e tenham êxito. O importante é que todas colaborem diretamente para a vitória do grupo.

Como benefício didático, as brincadeiras transformam conteúdos maçantes em atividades interessantes, revelando certas facilidades através da aplicação do lúdico. Outra questão importante é a disciplinar, pois, quando há interesse pelo que está sendo ensinado, a criança canaliza suas energias para aquilo que está sendo apresentado e faz com que automaticamente a disciplina aconteça.

A ludicidade é o único método capaz de promover a alegria, a atração e o engajamento da criança com o conteúdo proposto, atingindo integralmente os objetivos do conhecimento, da afetividade e do desenvolvimento sensorio-motor. Os benefícios didáticos do lúdico são procedimentos didáticos altamente importantes, mais que um passatempo, é o meio indispensável para promover a aprendizagem, disciplinar o trabalho do aluno e incorporá-los a comportamentos básicos necessários à formação de sua personalidade e sociabilidade.

Para Piaget (1971), quando a criança brinca, assimila o mundo a sua maneira, sem compromisso com a realidade, pois sua interação com o objeto não depende da natureza do objeto, mas da função que a criança lhe atribui. É o que Piaget chama de jogo simbólico, que significa a representação de um objeto por outro, com outras significações. Como exemplo: "vamos dizer que essa é um cavalinho (apontando para um pedaço de madeira)". O jogo simbólico pode ser individual, e de acordo com a situação transforma-se em coletivo com a participação de outras crianças. A maioria dos jogos simbólicos são movimentos de atos complexos, que são subordinados a objetos de jogos de exercícios sensório-motor isolados levando-o a representação e a simulação. O auge do jogo simbólico situa-se entre 2 e 4 anos, declinando a partir daí.

Observamos que meninos que brincam com pedaços de madeira dizendo que são cavalos, aviões, canhões, imitam barulhos. Ou ainda, uma menina que brinca com uma amiga invisível lhe dá instruções para que não molhe e nem suje os sapatos no lamaçal. A maioria dos jogos simbólicos tem qualidade social, envolve transações interpessoais, eventos e aventuras com características e situações no tempo e no espaço. O jogo imaginário acontece sempre em grupos de crianças que utilizam objetos inanimados, pessoas e animais que não estão presentes no momento. Para Vygotsky (1988), o que define o brincar é a situação imaginária criada pela criança. Observamos que o brincar preenche necessidades que mudam de acordo com a idade. Por exemplo: um brinquedo que interessa a um bebê não interessa uma criança mais velha, devido ao nível de maturação atingida por ela. Essa maturação adquirida pela criança é de suma importância para entendermos que o brinquedo para a criança é um meio de satisfazer certos desejos que muitas vezes não podem ser satisfeitos imediatamente. Por exemplo: uma criança que ocupar o papel da mãe, desejo que não pode ser realizado imediatamente. Como ela não tem capacidade para esperar, cria um mundo ilusório, onde desejos irrealizáveis podem ser realizados. Para Vygotsky (1998) esse mundo, é a brincadeira, que para ele é uma atividade consciente surgida da ação, que não acontece com crianças muito pequenas. Vygotsky (1998) enfatiza a ação no brincar que é impossível para crianças muito pequenas, onde não desenvolvem situações imaginárias, porque ao brincar ela percebe o objeto não como ele é, mas da maneira em que ela deseja que fosse. Já na aprendizagem formal isso não acontece, porque os objetos perdem a sua força imaginadora. O mais importante não é a semelhança do objeto com a coisa imaginada, mas o gesto. Dessa forma, o brinquedo tem grande importância no desenvolvimento, pois cria novas relações entre situações no pensamento e situações reais.

O jogo e a brincadeira são atividades humanas por excelência. Por isso, somos classificados como animais lúdicos, ou animais que jogam, que brincam, que competem.

Sendo o jogo parte integrante da vida do ser humano, ele tem a função vital para o indivíduo, não só de distinção de descarga, de energia, mas principalmente como forma de assimilação da realidade, além de ser culturalmente útil para a sociedade como expressão de ideais comunitários.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. O que é educação. In: **PILLETTI, N.** *Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental*. Ed. Ática. p.18-19, 1998.

BRUNER, J. O processo da educação. Lisboa: Edições 70, 1977.

_____. *Uma nova teoria da aprendizagem*. Rio de Janeiro: Bloch, 1969.

_____. *A cultura da educação*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

DROUET, R. *Distúrbios da Aprendizagem*. Ática. São Paulo, 2003.

FEIL, I. T. S. *Alfabetização: um desafio novo para um novo tempo*. 13ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1991

FERREIRA, A. B. H. *Mini Aurélio*. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 2000.

FERREIRO, E. *Inteligência Aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e da família*. Porto Alegre: Artes médicas, 1991.

_____. *Reflexões sobre Alfabetização*. Trad. Horácio Gonzáles. 24ª Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. *Psicogênese da Língua Escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

GALVÃO, I. Wallon e a criança, esta pessoa abrangente. *Revista Criança*. Ministério da Educação. P. 3-7. dez. São Paulo, 1999.

GOTTMAN, E. F.; DECLAIRE, J. *Inteligência Emocional: a arte de educar nossos filhos*. Objetiva. 34 ed. Rio de Janeiro, 1997.

ILLICH, I. *Sociedade sem escolas*. Petrópolis: Vozes, 3, ed, 1976.

KATO, M. A. *No Mundo da Escrita: Uma Perspectiva Psicolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.

LADEIA, D. O Eu criança na educação infantil. *Em pauta – Revista Criança do professor de educação infantil, Brasília*, n.35, p.19-21, 2001.

LERNER, D. *Ler e Escrever na Escola: O real, o possível e o necessário*. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LOPES, V.N. *Afro-descendência: Pluralidade Cultural precisa e deve abordar a questão do negro brasileiro*. *Em pauta – Revista do Professor, Rio Grande do Sul*, n.67, p.21-25, 2001.

LINS, Maria Judith Sucupira do Costa. 1999. O direito de brincar: desenvolvimento cognitivo e a imaginação da criança na perspectiva de Vygotsky. In: **XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA OMEP**. Paraíba. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Educação Infantil do OMEP. p. 41-47.

NEGRINE, A. *Aprendizagem e desenvolvimento infantil*. Porto Alegre: PRODIL, 1994.

NICOLAU, Marieta L. M. *A Educação Pré-Escolar: Fundamentos e Didática*. 5ª Ed. São Paulo: Ática, 1989.

NOVAES, M. H. *Psicologia escolar*. 8 ed. Vozes. Rio de Janeiro, 1984.

PAIN, S. *Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem*. Trad. Ana Maria Machado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

PIAGET, J. *A psicologia da criança*. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. *Formação do símbolo na criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

RABELLO, E.T. e PASSOS, J.S. *Erikson e a teoria psicossocial do desenvolvimento*. Disponível em no dia 15 de outubro de 2007.

RABELLO, E. T. *Personalidade: estrutura, dinâmica e formação – um recorte eriksoniano.* Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro 2001. (monografia).

SMITH, C; STRICK, L. *Dificuldades de Aprendizagem de A a Z: um guia completo para pais e educadores.* Trad. Dayse Batista. Porto Alegre: Artmed, 2001.

TIBA, I. *Quem ama, educa!.* 131 ed. São Paulo: Ed. Gente. 2002.

VÊRAS, M. M. S. *A inserção do fisioterapeuta na Estratégia Saúde da Família: primeiros passos na construção de um novo modelo de atenção à Saúde.* 2002. Monografia. Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral, Ceará, 2002.

VYGOTSKY, L. *A formação social da mente.* 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 1988.

